



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO

03ª Promotoria de Justiça da Comarca de Pedreiras

MANIF-MIN-3ªJPED - 1262021

Código de validação: 9D36728FA9

TERMO DE COMPROMISSO E AJUSTAMENTO DE CONDUTA

Termo de compromisso e ajustamento de conduta nº 01/2021 - 3PJP, que celebraram o Ministério Público do Maranhão e o Município de Pedreiras, através de sua Prefeita, [NOME] [NOME] [NO]s, e da Presidente da Câmara de Vereadores de Pedreiras, [NO_2] [NOME_2] [NOM_2] [NO_2]a, visando ajustar o executivo e legislativo municipal às disposições legais que busquem minimizar a violência contra a mulher em razão do gênero.

Aos 14 dias do mês de dezembro de 2021, no gabinete desta 3ª Promotoria de Justiça, presente ao ato o Promotor de Justiça Lindemberg do Nascimento Malagueta Vieira, Promotor de Justiça titular, a senhora [NOME] [NO] [NOME] [NOM]s, brasileira, Prefeita do Município de Pedreiras, com domicílio funcional na sede da Prefeitura Municipal, [NOME_2] [NOME_2] [NOME_2]a, Presidente da Câmara de Vereadores de Pedreiras, com domicílio funcional na sede da Câmara de Vereadores, visando submeter-se aos regramentos legais e à cultura da resolução extrajudicial de conflitos, firmam o presente título executivo extrajudicial à luz do que dispõe a lei de ritos cíveis, sem prejuízo da legislação pertinente e, com isso, encerrar Ação Civil Pública manejada no

2021: O Ministério Público do Maranhão na defesa dos direitos humanos e da efetividade das políticas públicas

Rua das Laranjeiras, 2005 - Goiabal, Pedreiras / MA
CEP: 65.725-000 Telefone: (99) 3642-4019 e-mail: 3jpedreiras@mpma.mp.br

1 / 13



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO

03ª Promotoria de Justiça da Comarca de Pedreiras

juízo desta comarca pelo Ministério Público Estadual em face do município de Pedreiras, tendo em vista a necessidade de garantir os direitos e garantias fundamentais das mulheres, em razão do gênero, nos seguintes termos:

Pelo presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, na forma do artigo 5º, § 6º, da Lei 7.347, de 24 de julho de 1985, alterado pelo artigo 113 da Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, o **MUNICÍPIO DE PEDREIRAS - Poder Executivo Municipal**, neste ato representado por **NOME_2** **NO_2** **NOME_2**s **NOM**s, Prefeita Municipal, doravante denominada simplesmente como **1ª COMPROMITENTE**, obriga-se perante o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO**, por seu Promotor de Justiça subscritor, a adotar as medidas a seguir indicadas, para corrigir irregularidades existentes:

1) A 1ª COMPROMITENTE se obriga a:

1.1) no prazo de até 90 (noventa) dias instituir no Município de Pedreiras o serviço público assistencial denominado 'Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência - CRAM', integrado às ações da Secretaria Municipal de Assistência Social;

1.1.2) O CRAM promoverá a ruptura da situação de violência e a construção da



**ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO**

03ª Promotoria de Justiça da Comarca de Pedreiras

cidadania por meio de ações globais e de atendimento interdisciplinar à mulher que se encontra em situação de vulnerabilidade;

1.1.3) O CRAM será formado por equipe multidisciplinar formada, no mínimo, por atendimento psicológico, social e jurídico, sendo composto por quadro próprio de servidores públicos municipais, sendo garantida a equipe técnica mínima composta por 1 (um) Coordenador(a), 1 (um) Psicólogo(a), 1 (um) Assistente Social, 1 (um) Advogado(a), 1 (um) Assistente Administrativo, 1 (um) educador(a) social, 1(um) Auxiliar de Serviços Diversos e 1 (um) segurança, que deverá ser ampliada a critério da Secretaria Municipal de Assistência Social, em caso de necessidade;

1.1.4) A gestão do CRAM está vinculada à Secretaria Municipal de Assistência Social, através do Departamento de Proteção Social Especial, ao qual caberá estabelecer normas e procedimentos para sua implementação, controle, acompanhamento e fiscalização;



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO

03ª Promotoria de Justiça da Comarca de Pedreiras

1.1.5) Para prestação dos serviços, o CRAM poderá celebrar termo de cooperação técnica com entidades parceiras, que deverão ter natureza socioassistencial e estar devidamente inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS;

1.2) não veicular ou permitir que se veicule nos canais oficiais de comunicação, reuniões e atos públicos do Poder Executivo Municipal, estereótipos, manifestações ou pronunciamentos que reforcem a discriminação e preconceito de gênero, que atingem todas as mulheres, impactando negativamente a omissão no exercício da missão constitucional de modificar esse quadro de desigualdade social e de discriminação (art. 3º, III e IV, Constituição Federal), impedindo a promoção da cidadania e da dignidade humana;

1.3) adotar todas as medidas operacionais e administrativas cabíveis para imediata e reiterada inserção nas campanhas publicitárias (rede social, digital, radiodifusão, televisiva, outdoor, mídia indoor e mídia escrita, por exemplo) do Poder Executivo Municipal, durante 3 anos, no mínimo, a serem selecionadas e aprovadas



**ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO**

03ª Promotoria de Justiça da Comarca de Pedreiras

pelo Comitê previsto no art. 17 da Convenção para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher ou entidade indicada pelo Comitê, ou ainda pela Procuradoria da Mulher da Câmara de Vereadores e Secretaria Municipal da Mulher, com participação de entidades da sociedade civil dedicadas ao tema, cujos objetivos são:

1.3.1) a conscientização social da atual situação de violência e assédio (política, moral, física e sexual) e de desigualdade em relação às mulheres, nos vários segmentos sociais, v.g., turismo sexual, tráfico de pessoas, acesso à renda, emprego, salários e remunerações, cargos políticos e de direção (cúpula) no setor público e privado;

1.3.2) a divulgação dos direitos das vítimas mulheres de violência de serem atendidas por profissionais de segurança pública, de saúde e de unidades públicas de referência de assistência social, que tenham formação e capacitação em escuta ativa e atendimento humanizado sobre violência de gênero, notadamente quanto aos direitos previstos na Lei Maria da



**ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO**

03ª Promotoria de Justiça da Comarca de Pedreiras

Penha (Lei 11.340/2006) e na Lei que prevê o atendimento no SUS das vítimas de violência sexual (Lei 12.845/2013);

1.3.3) divulgação de outras políticas públicas efetivamente implementadas para alcançar a igualdade de gênero, de acordo com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS5), tanto para acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas e também para eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas;

1.4) será devida multa diária em caso de descumprimento de cada um dos itens anteriores, no importe de R\$1.000,00, por item descumprido, além de multa diária e pessoal à gestora, também no importe de R\$1.000,00, por item descumprido, todas reversíveis em benefício do FEDD - Fundo Estadual de Proteção dos Direitos Difusos do Maranhão, instituído pela Lei Estadual nº10.417/2016 (Agência nº3846-6, conta-corrente nº8314-8, Banco do Brasil. CNPJ nº09.556.140/0001-15);

Pelo presente Termo de Compromisso de



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO

03ª Promotoria de Justiça da Comarca de Pedreiras

Ajustamento de Conduta, na forma do artigo 5º, § 6º, da Lei 7.347, de 24 de julho de 1985, alterado pelo artigo 113 da Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, o **MUNICÍPIO DE PEDREIRAS - Poder Legislativo Municipal**, neste ato representado por [NOME], [NOME], [NOME] [NOM]a, Presidente da Câmara de Vereadores de Pedreiras, doravante denominada simplesmente como **2ª COMPROMITENTE**, obriga-se perante o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO**, por seu Promotor de Justiça subscritor, a adotar as medidas a seguir indicadas, para corrigir irregularidades existentes:

1) A 2ª COMPROMITENTE se obriga a:

1.1) no prazo de até 90 (noventa) dias instituir, no âmbito da Câmara de Vereadores do Município de Pedreiras, emenda, ato normativo e/ou medida administrativa necessária em seu Regimento Interno e normas administrativas com a finalidade de garantir a paridade de gênero na composição da mesa diretora, comissões e demais órgãos colegiados de atuação no âmbito da Câmara de Vereadores;

1.2) não veicular ou permitir que se veicule nos canais oficiais de comunicação, sessões, reuniões e atos públicos do Poder Legislativo Municipal, estereótipos, manifestações ou pronunciamentos que



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO

03ª Promotoria de Justiça da Comarca de Pedreiras

reforcem a discriminação e preconceito de gênero, que atingem todas as mulheres, impactando negativamente a omissão no exercício da missão constitucional de modificar esse quadro de desigualdade social e de discriminação (art. 3º, III e IV, Constituição Federal), impedindo a promoção da cidadania e da dignidade humana;

1.3) adotar todas as medidas operacionais e administrativas cabíveis para imediata e reiterada inserção nas campanhas publicitárias (rede social, digital, radiodifusão, televisiva, outdoor, mídia indoor e mídia escrita, por exemplo) do Poder Legislativo Municipal, durante 3 anos, no mínimo, a serem selecionadas e aprovadas pelo Comitê previsto no art. 17 da Convenção para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher ou entidade indicada pelo Comitê, ou ainda pela Procuradoria da Mulher da Câmara de Vereadores e Secretaria Municipal da Mulher, com participação de entidades da sociedade civil dedicadas ao tema, cujos objetivos são:

1.3.1) a conscientização social da atual situação de violência e assédio



**ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO**

03ª Promotoria de Justiça da Comarca de Pedreiras

(política, moral, física e sexual) e de desigualdade em relação às mulheres, nos vários segmentos sociais, v.g., turismo sexual, tráfico de pessoas, acesso à renda, emprego, salários e remunerações, cargos políticos e de direção (cúpula) no setor público e privado;

1.3.2) a divulgação dos direitos das vítimas mulheres de violência de serem atendidas por profissionais de segurança pública, de saúde e de unidades públicas de referência de assistência social, que tenham formação e capacitação em escuta ativa e atendimento humanizado sobre violência de gênero, notadamente quanto aos direitos previstos na Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) e na Lei que prevê o atendimento no SUS das vítimas de violência sexual (Lei 12.845/2013);

1.3.3) divulgação de outras políticas públicas efetivamente implementadas para alcançar a igualdade de gênero, de acordo com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS5), tanto para acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas e também para eliminar todas as formas de violência

(*) Documento assinado eletronicamente por LINDEMBERG DO NASCIMENTO MALAGUETA VIEIRA em 14 de Dezembro de 2021 às 13:31 hrs conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 e Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: Número do documento: MANIF-MIN-3ºPIPED-1262021, Código de Validação: 9D36728FA9.



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO

03ª Promotoria de Justiça da Comarca de Pedreiras

contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas;

1.4) será devida multa diária em caso de descumprimento de cada um dos itens anteriores, no importe de R\$1.000,00, por item descumprido, além de multa diária e pessoal à gestora, também no importe de R\$1.000,00, por item descumprido, todas reversíveis em benefício do FEDD - Fundo Estadual de Proteção dos Direitos Difusos do Maranhão, instituído pela Lei Estadual nº10.417/2016 (Agência nº3846-6, conta-corrente nº8314-8, Banco do Brasil. CNPJ nº09.556.140/0001-15);

2) O descumprimento do presente compromisso de ajustamento de conduta sujeitará as **COMPROMITENTES** ao pagamento da multa imposta, reversível em benefício do FEDD - Fundo Estadual de Proteção dos Direitos Difusos do Maranhão, instituído pela Lei Estadual nº10.417/2016 (Agência nº3846-6, conta-corrente nº8314-8, Banco do Brasil. CNPJ nº09.556.140/0001-15), aplicada individualmente em razão de cada item pactuado descumprido e dobrada, em caso de reincidência, sendo atualizado pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) ou índice similar;

3) As multas aplicadas não são substitutivas



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO

03ª Promotoria de Justiça da Comarca de Pedreiras

das obrigações pactuadas, que remanescem à aplicação das mesmas;

4) Ressalvadas situações já dirimidas através de decisão judicial ou de TERMO DE AJUSTE DE CONDUCTA anteriormente firmado com o MINISTÉRIO PÚBLICO, o presente termo de compromisso produzirá efeitos legais a partir de sua celebração, devendo as obrigações ora assumidas serem cumpridas imediatamente, ficando assegurado o direito de revisão das cláusulas e condições, em qualquer tempo, através de requerimento ao Ministério Público e terá eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do art. 5º, § 6º da Lei 7347/85, valendo por tempo indeterminado;

5) A vulneração de qualquer dos compromissos assumidos implicará no vencimento antecipado dos demais compromissos pendentes, sujeitando as **COMPROMITENTES** às medidas judiciais cabíveis, incluindo a execução específica, na forma estatuída no §6º, do art. 5º, da Lei nº 7347, de 1985 e da lei de ritos cíveis, além da responsabilização por ato de improbidade administrativa;

6) **Esse acordo será homologado judicialmente, considerando o ajuizamento da Ação Civil Pública nº0804184-22.2021.8.10.0051, produzindo seus efeitos legais;**

7) As **COMPROMITENTES** renunciam desde já aos



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO

03ª Promotoria de Justiça da Comarca de Pedreiras

prazos recursais decorrentes da homologação judicial do presente Termo de Ajustamento de Conduta;

8) As COMPROMITENTES declaram expressamente que foram orientadas a respeito de seus direitos, garantias e deveres legais, estando assistidas por procurador/defensor na celebração deste ato;

9) Deixo de levar ao conhecimento do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Maranhão este Termo de Compromisso e Ajustamento de Conduta, para anotação, nos termos do art. 6º, §1º, da resolução nº 179/2017 do CNMP;

10) Cópia do presente Termo de Compromisso e Ajustamento de Conduta deverá ser afixada no átrio da Promotoria de Justiça desta Comarca, devendo, ainda, ser encaminhado à Coordenadoria de Biblioteca e Documentação para publicação no Diário Eletrônico e inserção no Portal da Transparência, ao CaoMulher e à Ouvidoria do MPMA, para ciência;

10.1) Solicite-se à Coordenadoria de Biblioteca e Documentação o encaminhamento ao Conselho Nacional do Ministério Público de cópia eletrônica do inteiro teor da avença, para alimentação do Portal de Direitos Coletivos, conforme disposto na Resolução Conjunta CNJ/CNMP nº 02/2011, que institui os cadastros nacionais



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO

03ª Promotoria de Justiça da Comarca de Pedreiras

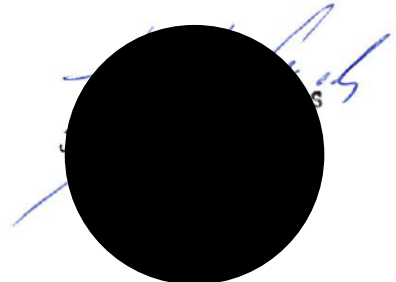
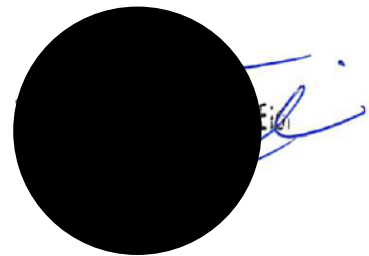
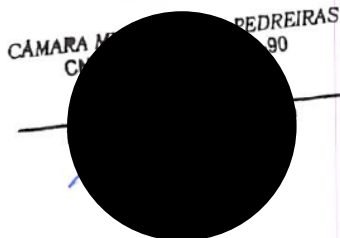
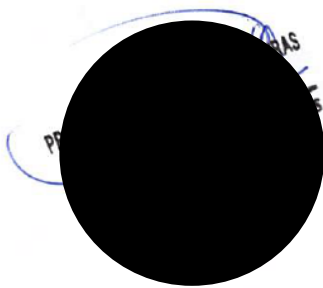
de informações de ações coletivas, inquéritos e termos de ajustamento de conduta, e dá outras providências.

E por estarem de acordo, firmam o presente termo, cujo prazo é indeterminado, em 04 (quatro) vias originais de igual teor, rubricados e assinados pelas partes.

Pedreiras, 14 de dezembro de 2021.

assinado eletronicamente em 14/12/2021 às 13:31 hrs ()*

LINDEMBERG DO NASCIMENTO MALAGUETA VIEIRA
PROMOTOR DE JUSTIÇA





Este documento foi alterado em cumprimento à legislação de proteção de dados pessoais. Foi preservado o conteúdo adequado, relevante e necessário para atender as normas de publicidade, transparência e acesso à informação de interesse público.